

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p7>

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO E DE “NEOLIBERALISMO QUE SAIU DO ARMÁRIO”¹; MAS TAMBÉM DE TEMPOS DE RESISTÊNCIA: *FORA TEMER!!!*

*Desamarrem os laços
Façam coisas pela liberdade
Digam versos pela resistência
Pelos caminhos das aventuras
As alturas merecem todas as asas
Homens de plumas
Fogos e clarões na cidade
Anunciando que o sonho não morreu
E em janelas há gente reclamando
Essa prisão que de fato não morreu*

*Entre todas janelas
Há grades e terror
Momentos de oração
Há gargalhadas na boca da donzela
Há gritos e temor
Momentos que passeiam no passado
Há mais amigos na porta dos fundos
A esperar... A esperar... As pedras bonitas
(Música “Filhos de Ícaro” de Zé Ramalho)*

O leitor tem acompanhado os nossos últimos editoriais, cujo conteúdo é a clara posição contrária ao “Golpe de Estado” parlamentar que culmina com o “impeachment” da presidenta Dilma. O que tem ficado claro nesse processo é o fato de Michel Temer e seus ministros não terem legitimidade política para governar e estão aprofundando uma política de ajuste fiscal marcada por profundos retrocessos, pela retirada de direitos dos trabalhadores e cortes nas políticas sociais. No último editorial,

havíamos intitulado esse golpe de “assalto à democracia”. Isso requer que de acordo com os versos da epígrafe supracitada engrossemos o grito de “desamarrem os laços, façam coisas pela liberdade, digam versos pela resistência”.

Dia após dia, aumenta o número de movimentos sociais e organizações não governamentais que se sentem desafiadas a encarar a defesa dos direitos no Brasil; esses movimentos e organizações estão sendo desafiadas a se fortalecer cada vez mais e a

1 BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2015, p.75.

se reinventar nessa nova conjuntura ilegal, neoliberal e neoconservadora. Na prática, terão de rever o planejamento e as formas de luta, diante de compromissos assumidos nesse momento de ataque à democracia e desrespeito à Constituição de 1988. Nesse sentido, acirra as lutas em prol da democracia e dos direitos sociais nas diversas mobilizações de rua, que se constitui uma estratégia e caminho para o fortalecimento de redes e alianças entre atores da sociedade civil. Estes tem o papel de pressionar de forma peremptória a pressão sobre os órgãos e políticas públicas, para a tarefa inadiável do trabalho de formação política.

Esse movimento de resistência, já se espalha pelo Brasil afora e cresce como cogumelos e estão “anunciando que o sonho não morreu e em janelas há gente reclamando”, conforme os versos da música de Zé Ramalho.

Efetivamente, essa revolta contra o golpe à democracia pode ser vista cotidianamente nas ruas, nas casas das pessoas, nos eventos nacionais (congressos científicos, esportivos e culturais) e internacionais (Olimpíadas 2016, Festival de Cinema de Cannes), no trabalho, no lazer e em outras instâncias da vida cotidiana, onde crescem os protestos, ações e mobilizações sob a égide do “Fora Temer”. E tudo isso contra o ajuste fiscal e a retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e corte nas políticas sociais e, pela auditoria da dívida pública, em suma, contra a política de conciliação de classe².

Em linhas gerais, os retrocessos são imensos. “E é por esses motivos que os

trabalhadores do serviço público se posicionam pela organização e luta contra a PEC 241/2016 e o PLP 257/2016, os quais são chamados de a ‘PEC da desigualdade’: limite de gastos com saúde e educação afeta os mais pobres”. Esses projetos de lei representam um desmonte do serviço público, penalizando os servidores já precarizados em seu trabalho e a população que se beneficia, desde sempre, dos limitados e insuficientes serviços sociais. Esse contexto exige de nós unidade, organização e luta em torno daquilo que nos motiva a manter vivos nossos sindicatos, que é a defesa dos direitos dos docentes (carreira docente da Educação Básica e Superior e valorização salarial dos ativos e aposentados) e do caráter público, gratuito, democrático e laico da universidade, sob ameaça concreta³.

De fato, educadores e profissionais da saúde vêm lutando, respectivamente, contra as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 e 257/2016, engendradas pelo governo interino de Michel Temer. Esses projetos de emenda constitucional limitam os gastos com saúde e educação por 20 anos. Se tudo isso for aprovado, haverá riscos de aumento da desigualdade – poderá causar um enorme agravamento e precarização das condições de vida da classe trabalhadora empobrecida. Trata-se de um golpe duríssimo nos trabalhadores que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) e de educação pública, gratuita e de qualidade sob o falso e perverso argumento da necessidade do ajuste fiscal. Esse “saco de maldades” contempla o acirramento, além dos cortes no SUS e na educação,

2 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: O desafio atual: a defesa dos direitos.** LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10, no. 109. Agosto/2016, p. 3.

3 Jornal da Ciência/SPB, 24 de agosto de 2016.

dos ataques aos direitos de mulheres e de pessoas LGBT, ameaças de privatizações de toda ordem, ataques aos serviços públicos, sinais de alterações iníquas na previdência, fortalecimento da bancada da “bíblia” em conluio com as bancadas “da bola” e da “bala”, tentativas de promover a censura nas escolas (Escola sem Partido), além do aumento na repressão aos movimentos de luta e resistência, também cognominada de “criminalização dos movimentos sociais”.

Tudo isso é regado ao se conveniou chamar de “ódio de classe” (ódio aos pobres), embora o ódio de classe traga em seu bojo o ódio de *raça/etnia* (racismos e preconceitos contra negros e indígenas), de *gênero* (homofobia e opressão das mulheres), *geracional* (a Previdência social e os velhos aposentados). Esse conjunto de ódios pode ser representado pela idéia de “ódio à democracia”. O ódio à democracia é inerente às elites e contamina as classes médias não-esclarecidas. Para essas classes, a democracia é um mal que privilegia o respeito às diferenças, o direito das minorias e as ações afirmativas. Segundo essas classes, “o governo democrático é mau, quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas”⁴.

A combinação bombástica entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo que “saiu do armário”, “retornou”, ou melhor, “a volta dos que não foram”:

Já foi dito que a história se repete como tragédia e depois como farsa. Nesse

caso até os personagens são os mesmos. Vejam vocês, Arminio Fraga! As últimas três campanhas presidenciais do PSDB o esconderam a sete chaves, assim como a FHC. Dizem que há lugares do país quando seu nome é citado às pessoas correm para bater três vezes na madeira. Dá azar. Incrível, mas Aécio Neves teve a coragem de reabilitá-lo. Aquele que quando foi presidente do Banco Central elevou a taxa de juros de 25% para 45%. O homem do arrocho e dos banqueiros. Que foi diretor do Fundo de Investimento de Georges Soros, símbolo da especulação financeira mundial⁵.

A política econômica do governo golpista de Temer e traidores da democracia (PMDB, PSDB, PSB, PDT, PPS e os outros partidos da extrema direita) continua rezando nessa mesma cartilha trazendo consigo a mesma lógica do capitalismo neoliberal, que se caracteriza por uma política econômica que privilegia o tripé: austeridade fiscal, aumento do superávit primário e livre câmbio. Tudo isso implica em cortes de investimentos e em gastos sociais do Estado, conforme já apontamos. Nesses termos, “austeridade fiscal é um nome elegante para dizer orçamento público. Superávit primário é um termo técnico para se referir à reserva de recursos para pagar juros da dívida aos banqueiros, o que, por sua vez implica cortes orçamentários”⁶. Já o câmbio livre permite que os grandes investidores internacionais manipulem as economias dos países emergentes, causando fragilidade em seus planejamentos macroeconômicos.

4 RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. (São Paulo: Boitempo, 2015, p. 10).

5 BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2015, p.75.

6 BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2015, p.75.

Além de querer privatizar a educação e saúde, Temer quer privatizar “tudo o que for possível”, assim as privatizações ocorrerão “a todo vapor”. A ordem dada aos seus ministros é: “senhores, tudo que puder ser transferido à iniciativa privada, façam. Não temos preconceitos!”, “a ordem é privatizar geral”, incluindo a Eletrobrás, entre outras empresas estatais. Isso significa que os ministros, em suas pastas, podem ser objeto de concessão ou parceria público-privada, passando de energia e saneamento até rodovias e aeroportos. Desta forma, Temer quis delimitar uma diferença importante entre a sua gestão e os 13 anos de governos do PT e busca reforçar o apoio do empresariado⁷. Depois de tudo isso, temos que, na atual conjuntura política neoconservadora, com base no “Golpe de Estado”, também engolir “goela abaixo” o eterno retorno dos neoliberais ou “a volta dos que não foram”⁸.

À guisa de ilustração, em se tratando dos ataques perpetrados pelo governo interino aos direitos da população, principalmente, dos trabalhadores mais empobrecidos, podemos evocar cortes nas políticas públicas e sociais existentes só na área educacional: fim do pacto pela alfabetização na idade certa; fim do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; fim do programa Ciência sem Fronteiras na graduação; fim do Portal do Diploma; cujo objetivo era evitar fraudes na obtenção e na revalidação dos diplomas; corte de cerca de 90 mil bolsas de estudo do FIES – fundo de financiamento estudantil; revogou e alterou nomeações

para o Conselho Nacional de Educação; acabou com a SECADI, secretaria do MEC responsável pelas políticas de diversidade e inclusão; extinção do programa de alfabetização Brasil Alfabetizado; e o mais grave: com a pretendida mudança no regime de exploração do pré-sal, vai acabar com o fundo social que repassaria à educação 75% dos recursos dali advindos. Some-se a tudo isso o corte de 20% nas bolsas de PIBIC, a não re-edição do edital PIBID e o corte de até 45% no orçamento das universidades e IFs para 2017, abrindo caminho para a extinção do ensino superior público gratuito, sonho neoliberal.

Como se não bastassem os cortes acima mencionados e as trapalhadas do presidente interino Michel Temer apontamos a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o Ministério das Comunicações (MC). Essa medida foi recebida com muitas críticas pela comunidade científica, cujas entidades da área, entre elas, a SBPC, divulgaram um manifesto que consideram a junção das pastas de “medida artificial”, que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País. O debate do governo com intelectuais continuam, mas até o presente momento sem solução⁹. Como se pode abstrair há um cenário que não é só de dificuldades financeiras. Os ajustes para a economia e as políticas públicas e sociais serão desastrosos para a vida das cidades e a defesa do direito à cidade. Nessa mesma linha de reflexão, também o recrudescimento das repressões às manifestações sociais

7 www.infomoney.com.br

8 BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2015, p.76.

9 www.sbpnet.org.br

e, é claro a violência policial contra os negros das periferias onde vive a maioria dos trabalhadores empobrecidos e sem acesso às condições básicas de vida (moradia, trabalho, previdência social, transporte, saúde, saneamento básico e lazer).

Diante de tudo que foi dito, podemos dizer “Adeus, Educação Pública”?¹⁰ Claro que não, porque há uma grande e forte resistência dos trabalhadores da educação em curso por todo o Brasil.

Em meio a tais ameaças e maldades já praticadas pelo governo golpista, inquestionavelmente nefastas à educação, sobretudo a pública, aquela que, em tempos de crise, representa o ato possível de rebeldia e resistência das classes populares, a construção e definição da Base Nacional Curricular Comum é mais um processo atropelado pela administração ilegítima, desrespeitadora do diálogo e da democracia, e representante dos interesses privatistas no âmbito da educação.

O Ministério da Educação do governo Dilma, cumprindo o que determina a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, havia colocado em discussão pública os documentos preliminares da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC). No texto de apresentação da primeira versão, o então

Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro afirmou que o “BNC vai deixar claros os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio”¹¹.

É bem verdade que, mesmo antes dos desdobramentos do golpe parlamentar promovido pela direita reacionária, os encaminhamentos que haviam sido tomados pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação no âmbito do governo Dilma já sofriam críticas e questionamentos.

Os posicionamentos públicos a respeito da proposta de BNCC expressaram expectativas e críticas, sendo que estas últimas iam do modo de produção do documento, que teria sido insuficientemente participativo, ao pouco tempo em que o mesmo foi disponibilizado para a discussão junto à comunidade educacional e a sua “redução” a objetivos “operacionais”. Surgiram questionamentos inclusive a respeito da real necessidade de um “currículo mínimo nacional”, como a BNCC está sendo chamada por alguns críticos. Aliás, essa questão nada mais é que uma espécie de retomada da discussão que, nos anos 90, sob a chancela do governo demo-tucano de FHC, tendo à frente o então Ministro da Educação Paulo Renato Souza¹², e com o incentivo do Banco Mundial, responsável pela “consultoria técnica” prestada por Cesar Coll¹³, resultou

10 LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Excluindo o povo do orçamento público**. Ano 10, n. 109. Agosto/2016, p. 4.

11 Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Consulta em: 25/8/2016.

12 Para ter-se uma dimensão do retrocesso do atual governo interno, a então secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, está de novo no exercício dessa mesma função.

13 Professor de Psicologia Evolutiva na Faculdade de Psicologia da Universidade de Barcelona. Foi um dos principais coordenadores da reforma educacional espanhola e consultor do MEC na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Brasil, nos anos 90.

na produção dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, tão destratados e de tão pífia eficácia na pretendida qualificação da educação nacional.

Outro ingrediente que põe gasolina na fogueira é a já esperada decisão do ministro “Mendoncinha” – assim identificado e denunciado como corrupto por Sérgio Machado, no âmbito da operação Lava-Jato!¹⁴ –, de intervir no processo de produção da BNCC, alterando o seu calendário, o ritmo dos trabalhos, excluindo o ensino médio para discussão à parte e, sobretudo, mudando os interlocutores, para incluir (mais) representantes do setor privado e defensores de propostas anacrônicas, como o projeto Escola sem Partido e a bancada evangélica, sempre contra discussões sobre gênero e direitos das pessoas GBLT, por exemplo. A esse respeito, o comitê assessor e a equipe de especialistas que atuaram na elaboração da BNCC manifestaram-se através de dura nota de esclarecimento, na qual anunciam que:

os princípios que orientaram a elaboração da BNCC [...] alicerçam-se, portanto, nas conquistas dos diferentes setores da sociedade brasileira em defesa de uma educação republicana, pautada na valorização dos sujeitos da educação básica, no respeito à diversidade, no compromisso com o desenvolvimento das ciências, na afirmação das responsabilidades do Estado com uma formação para a cidadania responsável, crítica e emancipadora¹⁵.

Neste sentido, o comitê alerta que quaisquer alterações na segunda versão do documento, se feitas sem considerar os aspectos dialógico-participativos que teriam sido observados até então, “sinalizaria injustificável ruptura no processo democrático de produção do documento”. E concluem manifestando sua preocupação com as ações que vem sendo perpetradas no âmbito da discussão da BNCC, por meio das quais atores sem legitimidade estariam sendo escalados pelo governo interino, em detrimento daqueles que, de agora em diante, conforme prevê o Plano Nacional de Educação, deveriam ser os responsáveis pela condução da discussão e da definição do texto final da Base nos Estados e Municípios, a saber: o CONSED¹⁶, a UNDIME¹⁷ e o Conselho Nacional de Educação.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BNCC

Pelos documentos preliminares da BNCC, a Educação Física insere-se na Área das *Linguagens* e, em tal contexto, é compreendida como o componente curricular cuja responsabilidade é “tratar das práticas corporais na escola como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos/às estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena do cidadão”¹⁸.

14 Ver em: <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/em-nova-gravacao-machado-diz-que-nao-existe-um-cara-mais-corrup-to-que-pauderney-avelino>

15 Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Segunda%20vers%C3%A3o%20BNCC/nota-assessores-e-especialista-bncc.pdf>

16 Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

17 Associação Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

18 Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_LIN&tipoEnsino=TE_EF. Consulta em: 25/8/2016.

Face à importância do documento e das possíveis repercussões que o mesmo poderá implicar para a Educação Física escolar, a Motrivivência resolveu fazer uma convocação aos pesquisadores da área para que estes expressassem sua opinião e defendessem seus pontos de vista, qualificando o debate e o próprio documento em discussão.

Com essa **Seção Temática**¹⁹, nossa intenção foi contribuir para a compreensão de, entre outras, questões como: a) faz mesmo sentido uma base nacional para os currículos da Educação Básica? b) a forma de organização por áreas do conhecimento atende a toda a diversidade de saberes e fazeres a serem tematizados na educação escolar? c) a inserção da Educação Física no campo das Linguagens, a partir das práticas corporais, está de acordo com os atuais movimentos do componente curricular e do campo acadêmico-científico da área? d) os conteúdos e objetivos propostos para a organização curricular da Educação Física escolar, apresentados como direitos de aprendizagem, abrangem as suas generalidades e as suas especificidades, tanto nos eixos curriculares quanto nos temas integradores com outros componentes, no ensino básico, na educação infantil, na educação inclusiva, de jovens e adultos, etc ?

Para nossa satisfação, a comunidade da área atendeu ao chamado e submeteu mais de 20 textos sobre a temática proposta. Essa resposta trouxe consigo a imensa responsabilidade de avaliarmos essa produção generosamente enviada pelos autores.

É relevante destacar que o processo de avaliação dos textos submetidos à seção temática da revista é bastante diverso das submissões em fluxo contínuo para as demais seções. Nesse caso, há limites quanto ao prazo de avaliação, ao número de textos a serem aproveitados e ao equilíbrio entre critérios como: pertinência ao tema, tipo de produção, distribuição geográfica, coautoria repetida e endogenia dos autores, amplitude do arco de temas e abordagens do assunto da seção, entre outros. Além disso, a avaliação também leva em consideração, é claro, a qualidade do quadro teórico-conceitual, a profundidade das análises e a produção escrita, propriamente dita²⁰.

Como afirmamos anteriormente, ficamos muito felizes por termos recebido tantos textos, porém nosso limite de diagramação para tal seção era de até dez textos²¹. E foi assim, selecionando não necessariamente os melhores, já que a imensa maioria dos textos submetidos tinha ótima qualidade, mas os que melhor atendiam aos critérios acima citados, que compusemos a seção temática da presente edição da revista.

Entendemos que foi possível fazer uma edição equilibrada e consistente, graças à diversidade de abordagens e à profundidade de análise das mesmas. Temos análises críticas mais gerais aos documentos da BNCC, assim como à parte específica da Educação Física nos mesmos. Em relação ao componente curricular, também encontramos tanto reflexões mais amplas, quanto

19 A chamada da seção temática esta disponível no editorial da edição v. 27, n. 46 (dez/2015), em <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2015v27n46p6>

20 Aproveitamos para agradecer aos avaliadores *ad hoc* especialmente convidados para, em regime de mutirão, avaliarem e ranquearem os textos submetidos conforme esses critérios.

21 Subvertemos um pouco essa norma e incluímos o único texto "sob encomenda", feita ao prof. Miguel Arroyo.

algumas que abordam aspectos específicos de seus conteúdos/conhecimentos.

Esperamos que a comunidade da área a acolha bem e possa fazer bom uso das contribuições dos autores dos textos selecionados.

A edição v. 28, n. 48 mantém suas seções tradicionais. Entre os dez **Artigos Originais** disponibilizados, temos a satisfação de publicar autores reconhecidos da nossa área ao lado de jovens pesquisadores, enfocando assuntos clássicos e temas emergentes que se impõem à Educação Física. Em **Porta Aberta**, um ensaio e um relato compõem nossa edição de setembro/2016, que se completa com a justa **Homenagem** a mais um dos integrantes da nossa Comissão Científica, o prof. **Tarcisio Mauro Vago**, que nos prestigia com sua participação desde o ano 2000 (edição n.14).

Diante do cenário de assalto à democracia e à cidadania, os desafios são enormes e requer de cada um de nós trabalhadores da educação e de outras categorias profissionais e dos movimentos sociais em geral:

De um lado, reinventar-se como ator político, dando mais ênfase ao trabalho de análise crítica da realidade, à produção de conhecimentos, ao trabalho de

formação política, à aproximação de novos atores coletivos e redes que se constituem resistência ao golpe e aos cortes orçamentários e privatizações anunciadas; de outro, reforçar ou buscar novas relações com a cooperação internacional e novas fontes de financiamento para seus trabalhos²².

Somos, por fim, muito gratos a todos/as que fazem a revista Motrivivência, aos/às autores/as, avaliadores/as, colaboradores/as e, especialmente, à equipe editorial constituída por pesquisadores do LaboMidia/UFSC.

Boa leitura! E contra o “golpe” cantem nas ruas, em suas casas e em todos os espaços da cidade junto com seus iguais com a letra da música da epígrafe que abre este editorial:

*Desamarrem os laços
Façam coisas pela liberdade
Digam versos pela resistência.*

Florianópolis, agosto/2016.

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira
Editores

22 BAVA, Silvio Caccia. **Editorial: O desafio atual: a defesa dos direitos.** LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10, no. 109. Agosto/2016, p. 3.